



MEMÓRIA E FICÇÃO: EM MEIO AOS DESLOCAMENTOS LITERÁRIOS

Luíza Santana Chaves*

* luizasantanachaves@hotmail.com

Doutora em Estudos Literários, Professora do Centro Pedagógico da UFMG.

RESUMO: No presente ensaio busca-se pensar as relações entre memória e ficção, tendo em consideração que a palavra ficção não pode ser tomada simplesmente como sinônimo de falsidade / mentira. As principais indagações deste ensaio são: a memória, por si só, já não é um construto ficcional? Só seria ficcional uma memória levada ao campo literário? Só seria ficcional uma memória que se auto desnuda como tal?

PALAVRAS-CHAVE: Memória; ficção; narrativa.

ABSTRACT: This essay seeks to think the relationship between memory and fiction, considering that the word fiction can not be taken simply as a synonym for false / lie. The central questions in this essay are: the memory, by itself, is no longer a fictional construct? Just the literary memory would be fictional? Only is fictional the memory that is declared as such?

KEYWORDS: Memory; fiction; narrative.

Para irmos além dos arquivos, os extremos do mundo sensível hão de estar na linguagem e não só referidos por ela.

Luiz Costa Lima – História, Ficção, Literatura

A dor é a verdade; tudo o mais está sujeito à dúvida.

J. M. Coetzee – À espera dos bárbaros

La historia era increíble, en efecto, pero se impuso a todos, porque sustancialmente era cierta. Verdadero era el tono de Emma Zunz, verdadero el pudor, verdadero el odio. Verdadero también era el ultraje que había padecido; sólo eran falsas las circunstancias, la hora y uno o dos nombres propios.

Jorge Luis Borges – Emma Zunz

INTRODUÇÃO

Pode-se verificar em muitos trabalhos acerca dos processos de rememoração inseridos em textos literários o uso do conceito “memória ficcional” como uma espécie de memória de experiências ou de fatos reais, empíricos postos em ficção ou, então, como o traslado, para a palavra escrita, de procedimentos “recordatórios”, manifestação de incertezas, dúvidas, lacunas, etc. Isto é, ao falar-se da realidade textual, remetendo ao que é vivenciado no plano ficcional, se poderia pensar em escritas que pretendem colocar uma memória vivida em cena através da linguagem, realizando, assim, uma espécie de “memória ficcional”.

Sentimos, porém, a necessidade de problematizar as implicações desse termo, pois ao debruçar-nos nos textos dos principais teóricos da memória, muitos deles recorrentemente citados, como por exemplo, Paul Ricoeur, Pierre Nora, Maurice Halbwachs, Jeanne Marie Gagnebin e Márcio Seligmann-Silva, entre outros, verificamos que o uso desse conceito não é difundido nem “corroborado” por esses autores. E, lembrando que a palavra ficção não pode ser tomada simplesmente como sinônimo de falsidade / mentira, cabe-nos, indagar: a memória, por si só, já não é um construto ficcional? Desse modo, não seria esse termo, em certa medida, redundante, já que todo processo rememorativo é, por assim dizer, uma (re)construção? Além disso, só seria ficcional uma memória levada ao campo literário? Só seria ficcional uma memória que se auto desnuda como tal?

Essas questões iniciais nos remeteram à necessidade de refletir: como pensar a memória vivida, trasladada ao campo literário, a partir da questão proposta por Wolfgang Iser (2002): “serão os textos ficcionados de fato tão ficcionais e os que assim não se dizem serão de fato isento de ficções?” , que aponta para a necessidade de sair desse paradigma dicotômico *ficção versus realidade*. Dessa forma, partimos para a indagação: como pensar a memória a partir do conceito de ficção proposto por Iser? Existe alguma memória que não seja ficcional? Isto é, que não seja ela mesma uma configuração do imaginário? Baseando-se, então, nessas palpitações

instigantes, nossa contribuição visa a percorrer essas instâncias em movimento, num trabalho de rastreamento, não de respostas, mas de possíveis direções e caminhos.

Nesse sentido, este ensaio tem a intenção de ler, num primeiro momento, algumas ideias de Wolfgang Iser (1996) no livro *O fictício e o imaginário*, objetivando perceber, num segundo momento, em que medida suas reflexões acerca do real, do fictício e do imaginário nos abrem um leque de possibilidades na análise teórica de narrativas que possuem como cerne estrutural a problemática dos relatos memoria-lísticos, seja uma memória tida como efeito de uma criação estética; seja uma memória vivida, experimentada pelo sujeito empírico da interlocução literária (como por exemplo, na literatura de testemunho) e “perlaborada” via linguagem. Para isso, vamos nos valer de algumas reflexões teóricas e literárias acerca da memória.

Por fim, partindo do pressuposto de que o que escapa a verossimilhança (isto é, experiências extremas de tortura, fome e dor) impõe a necessidade de um tratamento artístico para ser comunicado, encaminharemos nossas discussões de modo a pensar em literaturas de / sobre memória escritas baixo o signo do trauma numa estreita ligação com fatos históricos (como por exemplo, textualidades de / sobre os órfãos, os torturados e os expatriados pela Guerra Civil Espanhola; os que

sofreram nos campos de concentração, etc.), para indagar sobre as imbricações entre estética e ética no tratamento ficcional de experiências-vivências / memórias traumáticas / traumatizadas.

O QUE É FICÇÃO? – O ESPAÇO DO TERCEIRO E OS ATOS DE FINGIR

A linha entre ficção e realidade é bastante tênue. Porém, não é suficiente afirmar que essas duas instâncias se encontram profundamente imbricadas para podermos perceber como esse paradigma dicotômico pode ser superado. Na relação entre ficção e realidade, Wolfgang Iser insere o imaginário como terceiro elemento, tratando-se, pois de “buscar relações, em vez de determinar posições”. Importando-se assim, como ressaltou Luís Alberto Brandão (2003) no texto *Ficções Iserianas*, a natureza relacional dos termos em detrimento da determinação ontológica dos conceitos: os termos da tríade só se definem enquanto membros de uma relação. Os *atos de fingir* (seleção, combinação e auto indicação) configuram o fictício, articulando o trânsito entre real / imaginário, instaurando um movimento de transgressão de limites. Pode-se vislumbrar que o real faz referência ao “mundo extratextual”, que o fictício possui a característica de “ato intencional” e que o imaginário opera a modo de um “funcionamento”, porém esses termos não estão ontologicamente determinados, importando sua “natureza relacional”.

Então, para Iser, o texto ficcional estabelecerá uma passagem, que se move entre o real e o imaginário, e, provoca, ao mesmo tempo, complementaridades entre os campos. O jogo da ficção, imbuído da aparência do “como se”, nos leva ao questionamento do nosso suposto conhecimento da realidade: a realidade reconhecível no discurso ficcional nos remete ao fato de que também nos utilizamos de estratégias para conceber a realidade e essas estratégias também são fruto da construção do imaginário. O “como se” é uma maneira de pôr não só o mundo “representado”, mas também o “mundo dado” entre parênteses. A ficção seria um meio de tomar o imaginário “real”, de colocar em suspenso e em suspeita a realidade do mundo dado, desmistificando a existência de supostos “pré dados”. Assim, a via mestra do ficcional é o imaginário, porém, a ideia de real é, em igual medida, culturalmente construída, isto é, também passa, em alguma instância, pela via do imaginário. As visões do que é real e do que é fictício se subsidiam na linguagem: ambas, realidade e linguagem são construções intersubjetivas, isto é, são formadas culturalmente e estão sempre em formação, isso porque, segundo Maurice Halbwachs (2006), estamos imersos também numa dimensão coletiva da memória e, através de nossas memórias incorporadas, vamos construindo nosso arsenal perceptivo do que sejam real e ficcional. Sendo assim, o real também está condicionado ao filtro do imaginário para constituir-se

como “realidade” e ser percebido como tal pelo sujeito cognoscente – nas palavras de Wolfgang Iser (2002):

A relação opositiva entre ficção e realidade (...) já pressupõe a certeza do que sejam ficção e realidade. (...) É, entretanto, discutível esta distinção. Há no texto ficcional muita realidade que não só deve ser identificável como realidade social, mas que também pode ser de ordem sentimental e emocional. Estas realidades por certo não são ficções, nem tampouco se transformam em tais pelo fato de entrarem na apresentação de textos ficcionais. Como texto ficcional contém elementos do real, então o seu componente fictício não tem o caráter de uma finalidade em si, mas é, enquanto fingida, a preparação de um imaginário.¹

Chegamos a experiência da leitura com muitas “categorizações” e formas de nos mover na trama textual já dadas / estabelecidas de antemão por nossa aprendizagem “leitora”, porém, há certos procedimentos dos textos ficcionais que buscam deslocar leituras, através dos vácuos, lacunas e assimetrias; discursos que imbuídos do “como se”, caminham entre não-determinações, remetendo ao leitor que a determinação do que é realidade não é auto evidente: os “fatos” não são definidos por si mesmos. O caráter transgressivo da ficção coloca em evidência os elementos de indeterminação e pode provocar um curto-circuito nessa suposta transposição

1. ISER. “Atos de fingir ou o que é fictício no texto ficcional”, p.957.

da experiência do “real” para o ficcional. E, talvez nessa perspectiva, não exista leitor que não seja ativo já que todos os leitores são convocados a escolher posturas de leitura, todos partem de um “ato” (mesmo que seja um ato a contrapelo do texto ou considerado por algum discurso como sendo “acrítico”).

No imaginário está a “dimensão última do texto”² e a própria origem do discurso ficcional. Porém, o imaginário “não é de natureza semântica, pois, em face de seu objeto, tem o caráter difuso, ao passo que o sentido se toma sentido por seu grau de precisão”³. A ficção possibilita a “pragmatização do imaginário”,⁴ ou seja, é “a configuração apta para o uso”⁵ do mesmo. No ato de leitura, o leitor seria convocado a mobilizar, mobilizando-se na realidade textual, isto é, sendo estimulado a adentrar-se no jogo ficcional e, ao mesmo tempo, pela via do imaginário, estabelecendo um elo entre mundos: quando o ato de ler consegue produzir um “efeito de fala”⁶ modifica-se um texto com a leitura e se é modificado por ele, enfim, estabelece-se uma experiência no ato de leitura. Assim, “na leitura pensamos os pensamentos de um outro, pensamentos que – independentemente de quem quer que seja – representam em princípio uma experiência estranha”⁷. Porém, “vale lembrar que ter uma experiência não significa levar a cabo um procedimento aditivo”⁸, mas “reestruturar o que somos”⁹; neste sentido, no Contraponto 2 do texto

“Narrativa histórica e narrativa ficcional”, Benedito Nunes (1988) afirma que:

A dinâmica da leitura, como interação do texto e do leitor, segundo a concepção de W. Iser, possibilita que essa visão seja catártica: ela abre os olhos do leitor, revela-o a si mesmo, à sua verdade e à verdade do mundo. “Os efeitos da ficção, efeitos de revelação e de transformação, são efeitos de leitura. É através da leitura que a literatura retorna à vida, quer dizer, ao campo prático e *pathico* da existência”.¹⁰

Segundo Iser (1996), “a literatura necessita de interpretação, pois o que verbaliza não existe fora dela e só é acessível por ela”¹¹, dessa forma, o caráter ficcional coloca em evidência que todas as experiências, mesmo as mais concretas, estão cheias de indeterminação. O fictício atribui a nossa relação com o mundo do texto um caráter de acontecimento, convertendo o imaginário em experiência, resultando estados de tensão que podem se dissipar por um processo de semantização. Os textos ficcionais se valem de estratégias / procedimentos para estabelecer com / através (d)o leitor uma ponte e criar nele uma vontade de participação no jogo textual: “como figuração do imaginário, a ficção impõe a necessidade da interpretação”¹², a recepção encontra-se “mais próxima da experiência do imaginário do que a interpretação, sendo este o sentido que pode apenas semantizar o imaginário”¹³.

2. ISER. “Problemas da teoria da literatura atual”, p.379.
3. ISER. “Problemas da teoria da literatura atual”, p.379.
4. ISER. “Atos de fingir ou o que é fictício no texto ficcional”, p.980.
5. ISER. “Problemas da teoria da literatura atual”, p.379.
6. Analisa Iser (a partir da teoria de Austin): “os atos de fala são unidades comunicativas da fala, que transformam as frases em frases situadas e, assim, em enunciações verbais que ganham seu sentido pelo uso” (ISER. *O fictício e o imaginário*, p.104).
7. ISER. “Fenomenologia da Leitura”, p.41.
8. ISER. “Fenomenologia da Leitura”, p.51.
9. ISER. “Fenomenologia da Leitura”, p.51.

10. NUNES. “Narrativa histórica e narrativa ficcional”, p.23.

11. ISER. *O fictício e o imaginário*, p.7.

12. ISER. “Problemas da teoria da literatura atual”, p.380.

13. ISER. “Problemas da teoria da literatura atual”, p.379.

A leitura como catarse seria o momento em que o “eu subjetivo” se sente parte do “construto ficcional”, numa “relação direta entre os dados do sentido que lhe tocam e seu mundo imaginário – a ficção concebida / percebida”¹⁴.

Os atos de fingir, enquanto configurações do fictício, funcionam como “objetos transicionais”, isto é, operadores que, de forma contínua, articulam o trânsito entre real / imaginário, instaurando um movimento que só pode ser apreendido enquanto relação. Entre os atos de fingir do texto ficcional estão a seleção, a combinação e a auto indicação (o auto desnudamento da ficção). A seleção “possibilita apreender a intencionalidade do texto”¹⁵, pois evidencia os elementos do real selecionados pelo autor e acolhidos pelo texto, em uma “ausência de regras” para isso. A combinação funciona como a revelação da “não-equivalência”, da diferença no semelhante, criando relacionamentos intratextuais: “como produto de um ato de fingir, o relacionamento é a configuração concreta de um imaginário”¹⁶. A seleção e a combinação provocam “transgressões de limites entre texto e contexto”¹⁷.

Além disso, a literatura possui o atributo de auto-indicação, de *desnudamento de sua ficcionalidade*: seu discurso ficcional possibilita a mobilidade do “eu”, possibilita ao autor do texto dizer que o seu “eu” é agora “apenas” literatura. E, esse “apenas”, longe de ser depreciativo, amplia horizontes, isso porque o desnudamento do fictício do “como se” impede que

o leitor avalie a ficção como espelho da realidade e, ao mesmo tempo, a experiência leitora do ficcional lhe proporciona um leque de outros modos possíveis de estabelecer uma leitura da realidade extratextual (“o real se determina como o múltiplo dos discursos”¹⁸). O ato de ler torna os “fatos” ficcionados um *agora*. A literatura, portanto, presentifica e atualiza as narrativas e as poéticas através da experiência da leitura, inaugurando a possibilidade de um acontecimento e pode, por vezes, produzir um “efeito de fala”, devolvendo ao leitor uma ação: o ato de reflexão (que por vezes, congrega um processo rememorativo).

O QUE É MEMÓRIA? – LITERATURA, MEMÓRIAS, TRANSGRESSÕES

A resposta de Iser de diferenciação dos textos literários das outras linguagens não é da literatura como sendo uma linguagem marcada pelo desvio ou pela recusa da padronização, mas como uma textualidade que possui autoconsciência de sua vocação ficcional. Em todo e qualquer discurso ocorre sempre seleção e combinação (das quais nos fala Iser) de certos elementos para compô-los de forma a configurar-se em discurso e, como todo discurso provém de um sujeito, o processo discursivo será sempre subjetivo e, por isso, relativo. Nesse sentido, o discurso de memória já acarreta a questão de uma ficcionalidade, já que o trabalho de recordação configura-se como o intento de recuperação de um original,

14. ISER. *O fictício e o imaginário*, p.36.

15. ISER. *O fictício e o imaginário*, p.18.

16. ISER. *O fictício e o imaginário*, p.23.

17. ISER. *O fictício e o imaginário*, p.23.

18. ISER. “Atos de fingir ou o que é fictício no texto ficcional”, p.985.

que se toma ficção ao ser alterado pela narrativa a cada vez que se tenta resgatá-lo, num jogo interativo e contínuo entre verdade e verossimilhança; segundo Marli Fantini Scarpelli (1994):

Somente a partir do momento em que o objeto visado pela memória se torna objeto de uma narrativa é que ele ganha existência e permanência. Isso sem contar que a intervenção da experiência, os efeitos da elaboração formal, as deformações operadas pela ação corrosiva da memória e do seu par inseparável, o esquecimento, alteram o vivido, dando-lhe uma textura ficcional.¹⁹

19. SCARPELLI. *Trilhas partidas*, s.p.

A construção da verossimilhança de um relato memoriaístico implica também os saltos, os vazios: o narrador de memórias que “lembra” de tudo (que é uma espécie de *Funes borgeano*) se esquece de que a memória é, por si só, uma narrativa. Isto é, conservar sem escolher não é tarefa da memória: a memória, em si mesma, não se opõe ao esquecimento. Além disso, a memória é, em essência, estruturada ficcionalmente: é formada através de seleção e combinação e, em literatura, se autodesnuda como “fingimento”. Segundo Paul Ricœur (2000), a memória estaria, em uma análise fenomenológica, mais ligada à narrativa; por sua vez, a lembrança se relacionaria mais à imagem, porém estas instâncias estão profundamente imbricadas: não se pode determinar, a rigor,

onde uma começa e a outra termina. Além disso, a dicotomia entre uma memória que repete e uma memória que fabula, imagina, “ficcionaliza” não seria possível quando se toma a memória não só como processo involuntário, mas também como evocação / busca / exercício, isto é, ato também revestido de intencionalidade, ainda mais quando se trata de memórias escritas. Ademais, falar em “memória ficcional” pressupõe a existência de uma “memória não ficcional” o que é, no mínimo, inconsistente, pois atribui à memória um alto poder de arquivo propriamente dito. As deficiências / lacunas / assimetrias da memória impedem essa pressuposição: o fato de não podermos nos lembrar de tudo faz da memória uma mescla de repetição e inventividade. E, como aponta Halbwachs (2006), o primeiro testemunho à qual podemos recorrer é sempre o nosso e há que se valer da linguagem para passar uma memória de um “eu” para o “nós” – coletivo: vislumbra-se, dessa forma, que o ato de compartilhar é, em si, um ato de narrar.

Para Ricœur (2000), a ambição veritativa da memória culmina, muitas vezes, na manipulação (intencional ou não) da mesma, que num contexto sócio-político pode acarretar em abusos e privilegiar certos “testemunhos” ou versões da história em detrimento de outros. Isso leva-nos a pensar nessas literaturas que, tratando da memória, não se querem arquivísticas: desejam encenar na linguagem uma preocupação com o efeito não só estético, mas também ético do

que narram / poetizam, prefigurando aquilo que, segundo Luiz Costa Lima (2006), nos levaria além do arquivamento inútil: “para irmos além dos arquivos, os extremos do mundo sensível hão de estar *na* linguagem e não só referidos *por* ela”²⁰. Poderíamos pensar, na esteira das reflexões de Jeanne Marie Gagnebin (2003) acerca das reflexões de Adorno após-Auschwitz, em obras que evidenciam as imbricações profundas entre ética e estética, conseguindo escapar de uma “concepção meramente estetizante da estética ou meramente consensual da ética”²¹.

Segundo Iser (1996), a relação tensa entre texto e leitor não é uma experiência descontínua a outras experiências, isto é, as experiências do texto literário não estão excluídas de formarem parte do modo como nosso horizonte de expectativa vai sendo plasmado, incorporado, em outras palavras, fazendo parte de nossa memória “leitora”. Podemos, nesse sentido, pensar em obras literárias que buscam (e por vezes, conseguem) retomar o passado segundo as demandas presentes, denunciando abusos de poder, estimulando atos que ressurgem através da experiência de leitura, enfim, nessas textualidades que se aventuram a apropriar-se de reminiscências que lampejam²² (não como uma adesão impensada às comemorações solenes tais como as denunciadas por Pierre Nora e Paul Ricœur) e acabam por provocar mudanças na recepção e gerar reflexões, deslocando e não corroborando

com os horizontes de expectativa arraigados, num processo em que o leitor, em permanente interação com a palavra escrita (que só se realiza via leitura), joga com o texto, tornando palavras memória – transformando-as e, por vezes, incorporando-as ao seu repertório, ao seu discurso: “o escalonamento dos diversos atos de fingir se manifesta como processo de tradução gradual”²³, “permitem o processo de reformulação do mundo”²⁴, “deixando aberta tanto a experiência, quanto por fim, a compreensão”²⁵.

A literatura pode, desta forma, colocar em evidência discursos muitas vezes marginalizados e não considerados pela História Oficial, levando-nos a tomar consciência de algo muitas vezes escamoteado pelo discurso do *vencedor* (do alerta benjaminiano) como forma de amenizar os horrores das ações humanas, a custo de todo um passado que ficou sem a *redenção*²⁶ da denúncia, a possibilidade da rememoração, sendo silenciado pelo medo, pela censura. Assim, lembrando Iser, de certo modo, toda recepção possui a potencialidade de influenciar outras recepções e todo discurso está imerso numa rede de discursos anteriores. O que pode ser aplicado também à teoria da literatura: nos estudos teóricos estamos sempre lidando com o passado; por mais contemporânea que possa parecer nossa análise, há sempre o horizonte da tradição em suspenso, perscrutando o presente, povoando nossa memória incorporada como leitores-viventes, levando-nos

20. COSTA LIMA. *História. Ficção. Literatura*, p.364. Grifos do autor.

21. GAGNEBIN. “Após Auschwitz”, pp.91-92.

22. BENJAMIN. “Experiência e pobreza”.

23. ISER. “Atos de fingir ou o que é fictício no texto ficcional”, p.983.

24. ISER. “Atos de fingir ou o que é fictício no texto ficcional”, p.983.

25. ISER. “Atos de fingir ou o que é fictício no texto ficcional”, p.983.

26. BENJAMIN. “Experiência e pobreza”.

27. ISER. *O fictício e o imaginário*, pp.209-210.

a reestruturar novas formas de atuar diante da “presença incontestável dessa experiência incompreensível”²⁷ que é a leitura.

Em uma curiosa passagem nas conferências de Jorge Luis Borges intituladas *Siete Noches*, precisamente na *Noche 1*, dedicada a *La Divina Comedia*, vemos um esboço de uma possível definição para memória. O tempo dilui o passado, borra os documentos: a memória seria esse “algo que queda” e se converte em história ou poesia. Mas, história e poesia estão ambas situadas no âmbito do discurso, da linguagem, não são totalmente contrárias ou distintas: são igualmente uma explicação ficcional, um recorte no todo do universo. Todas as explicações são realizadas retrospectivamente e uma explicação (quando acompanhada de uma poética, isto é, de uma elaboração estética apurada) seria, por assim dizer, artística, literária:

(...) los griegos hablan de generaciones que cantan, Mallarmé habla de un objeto, de una cosa entre las cosas, un libro. Pero la idea es la misma, la idea de que nosotros estamos hechos para el arte, estamos hechos para la memoria, estamos hechos para la poesía o posiblemente estamos hechos para el olvido. Pero algo queda y ese algo es la historia o la poesía, que no son esencialmente distintas.²⁸

28. BORGES. *Obras completas*, s.p.

Borges também nos propõe na *Noche 3*, dedicada a *Las mil y una noches*, a pensar que a história (enquanto *narrativa* historiográfica) e a cronologia existem porque foram inventadas / concebidas pelo Ocidente, isto é, existem enquanto ficção:

Es sabido que la cronología, que la historia existen; pero son ante todo averiguaciones occidentales. No hay historias de la literatura persa o historias de la filosofía indos-tánica; tampoco hay historias chinas de la literatura china, porque a la gente no le interesa la sucesión de los hechos. Se piensa que la literatura y la poesía son procesos eternos.²⁹

E, numa leitura iseriana, pode-se acrescentar que: certas verdades, certos “saberes tácitos” seriam, assim, ficções cuja ficcionalidade foi esquecida. De acordo com Costa Lima (1986), o historiador argumenta, o ficcionista fabula, mas a argumentação lida com ficções naturalizadas e a fabulação é concebida a partir da realidade³⁰, sendo, justamente a ficção o que abre possibilidades de se pensar o real. Assim, produzimos o fato que interpretamos; sobre o qual escrevemos / falamos: a verbalização de uma experiência é inseparável de sua interpretação. Os documentos constitutivos da sociedade (classe letrada, instituições governamentais, monumentos, cânones, etc.) também são, de certo modo, artefatos ficcionais, na medida em que são forjados / construídos pelo homem. O que nos levaria a pensar que, na construção

30. COSTA LIMA. “Documento e ficção”.

do texto histórico, o historiador utiliza os mesmos recursos do escritor; só que o historiador precisa de documentos que comprovem a veracidade do narrado.

Porém, como nos leva a perceber Iser, ser fictício não é ser falso, mentiroso³¹ e, além do mais, há certa simplificação do problema quando se afirma (em algumas leituras apressadas) que o texto histórico é sempre tão ficcional (ou tão “forjado”) quanto o literário: os mortos e a dor dos sobreviventes das grandes catástrofes impedem essa equiparação tão direta e nos levam a uma nova concepção de História (lembrando Walter Benjamin: “o historicista apresenta a imagem ‘eterna’ do passado, o materialista histórico faz desse passado uma experiência única. Ele deixa a outros a tarefa de se esgotar no bordel do historicismo, com a meretriz ‘era uma vez’³²). Isto é, a referência à História como também narrativa não pode ser feita através de uma desconsideração da questão ética. Nesse sentido, pode-se pensar em certas textualidades que buscam uma explosão no *continuum* nas maneiras de narrar a(s) história(s) / memória(s), se colocando como fronteiriças (no sentido de tocar nas regiões do real, do ficcional e do imaginário) e deslizantes (no sentido de possibilitar à imersão de marcos históricos no campo das memórias, dos imaginários).

A separação total entre ficção / realidade / imaginário é ainda mais “problematizável” quando se trata de fatos de uma época testemunhada pelo autor, onde se dá um claro imbricamento de vozes e de experiências: a voz / experiência do

autor se mescla com a voz / experiência dos narradores / protagonistas, se articulando em conjunto com as vozes / experiências das outras personagens (reais e fictícias, Históricas e estóricas) e também com os leitores através do efeito estético da recepção. Há um processo curioso de incorporações de memórias – memória vivenciada e incorporada através da postura de escuta para / com as narrativas testemunhais, em que a todo o momento o ficcional nos remete ao real e vice-versa, mostrando-nos o que ocorreu (veracidade) e o que poderia ter ocorrido (verossimilhança), indicando o caráter difuso das delimitações, dos níveis de determinação e indeterminação; em que o fictício “realiza” o imaginário, numa “travessia de fronteiras que sempre inclui o mundo que foi ultrapassado e o mundo-alvo a que se visa”³³, o que deixa ainda mais evidente o atributo de ficcionalidade também nos discursos memorialísticos. E no caso dos textos em literatura, o desnudamento do fictício do “como se” impede que o leitor avalie a ficção como espelho da realidade e, ao mesmo tempo, a experiência leitora do ficcional lhe proporciona um leque de outros modos possíveis de estabelecer uma leitura da realidade extratextual.

Talvez esteja aqui esboçado um caminho, apontado por Iser, de se pensar o porquê o homem necessita de ficção, e acrescentamos de rememoração: o jogo textual (assim como o ato de auto-narrar-se) abre a literatura / os discursos para a história³⁴, para a plasticidade humana, para o movimento

31. “Não deveria surpreender que as ficções literárias tenham sido muitas vezes estigmatizadas como mentiras, já que falam do que não existe, como se existisse” (ISER. “2a Sessão: O fictício e o imaginário”, p.68) / “Como pode existir algo que, embora existente, não possui o caráter de realidade?” (ISER. “Fenomenologia da Leitura”, p.14).

32. BENJAMIN. “Sobre o conceito de história”. pp.230-231.

33. ISER. “2a Sessão: O fictício e o imaginário”, p.68.

34. ISER. *O fictício e o imaginário*, p.11.

de irrealizar-se / realizando-se. Enfim, colocam o real, o ficção e o imaginário como instâncias que só podem ser captadas contextualmente, evidenciando que os “saberes tácitos” não são auto-evidentes. Sendo assim, a memória se desnuda também como modo operatório de configuração intersubjetiva do “eu” e do “outro”: do mesmo modo que o texto só se realiza pela leitura, a memória só se realiza, só ganha corpo pelo discurso. É interessante, nesse sentido, reiterar a capacidade de deslizamento contínuo do ficcional, que se desnuda como não-idêntico nem aos narradores (sejam os auto-narradores, os “contadores” de memória, herdeiros da narração tradicional – de pai para filho – referida por Benjamin em *Experiência e pobreza*, que desejam passar uma experiência aos ouvintes; sejam os portadores de uma memória alheia – isto é, herdada sócio-culturalmente dos pequenos e grandes grupos –, porém incorporada identitária e escrituralmente – referidas por Halbwachs em *A memória coletiva*; ou mesmo aqueles que narram sua incapacidade de narrar a si mesmos e ao outro por estarem imersos em um trauma – como nos fala Seligmann-Silva, ou por saberem que o signo escapa as significações esbarrando no indizível, como nos lembra Primo Levi ao aplicar o termo lacuna ao ato testemunhal, etc.), nem ao narrado (fatos, dados, tramas, personagens), nem ao mundo extratextual. O atributo ficcional perpassa todas essas instâncias, isto é, o texto de ficção exercita uma ultrapassagem de limites (entre real e imaginário, textual e

extratextual) em movimentos transgressivos, não estanques, encenando uma travessia de fronteiras num jogo de espelhos entre realidade, imaginário e ficção, em que um não deixa de incluir o outro.

COMO MODO DE CONCLUSÃO

A incompletude de toda narrativa, a impossibilidade de dar conta do real, o fato de que a linguagem (e, consequentemente, a narrativa da memória) seja sempre elaborada a partir do componente ficcional não é algo paralisante: são os vazios que permitem o pensamento e as teorias são estruturas de cognição, de conhecimento, de indagação. A (im) possibilidade de criar uma teoria universal gera o desafio da teoria e não o seu fracasso: abrir mão da abrangência sem deixar de ter um certo horizonte de exaustividade, eis o desafio. Como vislumbramos no conto borgeano *La biblioteca de Babel*: “a la desaforada esperanza”³⁵ sucede, “como es natural, una depresión excesiva”³⁶ no que toca ao ideário iluminista do disciplinamento dos saberes, quando se quer esgotar os significados e colocar tudo em caixas estanques; os extremos impedem que o pensamento humano experimente: é preciso saber dos sem-sentidos, sem deixar de admirar o belo, sem deixar de refletir / fabular sobre as experiências.

Tampouco o discurso falho da História (uma memória que se impôs como oficial) é motivo para não conhecê-la /

35. BORGES. *Obras completas*, s.p.

36. BORGES. *Obras completas*, s.p.

investigá-la. Ainda que a história sejam tantas versões que não entram em acordo (não são as memórias, elas mesmas, plurais?) e a *Lei* seja uma grande ficção, os sujeitos-leitores poderão escolher seu ponto de vista, que será um ponto de partida, sendo verdadeiro na medida em que seja produtivo: a narrativa, trama ou modo de contar é o importante, é isso que apaixona as buscas humanas. O que nos remete novamente às narrativas de memória aqui visadas: que recusam uma estética que não seja ela mesma ética, que requisitam da história uma ética da re-presentação como a-presentação, isto é, como uma leitura do passado a partir do presente, que querem mostrar não apenas cacos / traços / ruínas / cenas do passado imbuído pelo signo do trauma, mas também desnudar a (im)possibilidade de (re)inscrevê-lo de modo total, sem o trabalho do ficcional e da elaboração do real via imaginário e, neste sentido, a memória congregaria, no seu próprio cerne constitutivo, o atributo de *ficcionalidade*.

Poderíamos, assim, entrever que os *atos de fingir*, “como a irrealização do real e a realização do imaginário”³⁷, contribuem para que o imaginário “ganhe uma determinação que não lhe é própria e adquire deste modo, um predicado de realidade”³⁸. O conceito de ficção pressupõe sempre um deslocamento, isto é, uma fuga das convenções, transgressões de limites: o ato da leitura de um texto ficcional gera uma complexa rede de sentidos que, muitas vezes, podem aparecer à revelia do esforço de domar a palavra escrita. Significados

que, presentes na superfície do texto, nela não se esgotam, já que entre o sujeito que a lê e o tecido textual estabelece-se uma experiência. O encontro dessas duas instâncias está imerso na potencialidade de modificar o modo de existência de ambas, podendo levar a um re-escalonamento de discursos. Assim, ao conceber uma antropologia literária que busca percorrer textualidades intencionalmente construídas pelo humano, Iser instaura a margem de abertura no horizonte de legibilidade cultural: a experiência de leitura, marcada pelas assimetrias e indefinições do imaginário e da relação texto ficcional / leitor, provoca também um desnudamento do que é o humano, na medida em que a literatura, citando Luís Alberto Brandão (2003), “como produto humano”³⁹, é também “simultaneamente definidor do humano”⁴⁰.

Buscamos, assim, neste ensaio vislumbrar o efeito das assimetrias do jogo empreendido na interação leitor / texto ficcional e algumas de suas implicações aplicadas ao ato de rememoração que, enquanto experiência de (re)constituição, possui também atributos de *ficcionalidade*. Procuramos, pois, não encaixotar “conceitos”, mas desdobrar as dobras, perscrutando / experimentando a potência do pensamento iseriano. Finalizamos, portanto, com a constatação de que uma teoria como a de Wolfgang Iser, baseada em termos não-uniformizadores, mas pelo contrário, mobilizadores, deslocantes, permite a (des)dobrar, a contestação da doxa, do arraigado, do imediatismo, e funda um paradoxo: existe real sem ficção? Ou

37. ISER. “Atos de fingir ou o que é fictício no texto ficcional”, p.959.

38. ISER. “Atos de fingir ou o que é fictício no texto ficcional”, p.959.

39. BRANDÃO. “Ficções Iserianas”, p.7.

40. BRANDÃO. “Ficções Iserianas”, p.7.

vice-versa? E, mais importante, entre essas duas instâncias, não há mais nada? Só uma simples dicotomia? O espaço do terceiro, que impede o que Nietzsche chama de igualação do não-igual, inaugura o movimento, a transgressão: o imaginário é o lugar da mobilidade do “eu” experimentado empírica ou ficcionalmente; “eu”, que para constituir-se como sujeito e fundar certa identidade, participa de experiências inter-subjetivas e de recuperações narrativas de si mesmo e de sua coletividade, estando propenso aos lapsos da memória e suas ficcionalizações.

REFERÊNCIAS

- BENJAMIN, Walter. “Experiência e pobreza”. In.: **Obras Escolhidas: Volume 1 — Magia e Técnica, Arte e Política: ensaios sobre a literatura e história da cultura**. Trad. Sérgio Paulo Rouanet; Prefácio de Jeanne Marie Gagnebin. 7a ed. 10a reimpressão. São Paulo: Brasiliense, 1996. pp. 114-119.
- BENJAMIN, Walter. “Sobre o conceito de história”. In.: **Obras Escolhidas: Volume I — Magia e Técnica, Arte e Política: ensaios sobre a literatura e história da cultura**. Trad. Sérgio Paulo Rouanet; Prefácio de Jeanne Marie Gagnebin. 7. ed. 10a reimpressão. São Paulo: Brasiliense, 1996. pp. 222-232.
- BORGES, Jorge Luis. **Obras Completas I, II e III**. Barcelona: Emecé Editores, 1989.
- BRANDÃO, Luís Alberto. “Ficções Iserianas”. In: BRANDÃO, Luis Alberto (org). **Transgressões à obra de Wolfgang Iser**. Belo Horizonte: Cadernos de Pesquisa NAPq/FALE/UFMG, n° 42, nov. 2003. pp. 5-12.
- COSTA LIMA, Luiz. **História. Ficção. Literatura**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
- COSTA LIMA, Luiz. “Documento e ficção”. In: **Sociedade e discurso ficcional**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986. pp. 187-242.
- HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. Trad. Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro, 2006.
- ISER, Wolfgang. “Atos de fingir ou o que é fictício no texto ficcional”. In: COSTA LIMA, Luiz. **Teoria da literatura em suas fontes**. 2. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 2002. Vol. II. pp. 955-987.
- ISER, Wolfgang. “Problemas da teoria da literatura atual”. In: COSTA LIMA, Luiz. **Teoria da literatura em suas fontes**. 2. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1983. Vol. II. pp. 359-383.
- ISER, Wolfgang. “Situação do problema”. In: **O ato de leitura: uma teoria do efeito estético**. São Paulo:34, 1999. Vol.II pp.21-98.
- ISER, Wolfgang. “Fenomenologia da Leitura”. In: **O ato de leitura: uma teoria do efeito estético**. São Paulo: 34, 1999. Vol.II pp.9-82.
- ISER, Wolfgang. **O fictício e o imaginário**. Rio de Janeiro: UERJ, 1996.
- ISER, Wolfgang. “2a Sessão: O fictício e o imaginário”. In: ROCHA, João Cezar de Castro. (org. e trad.); VILA, Waddington Bluma. (trad.). **Teoria da ficção — Indagações à obra de Wolfgang Iser**. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 1999. pp. 63-77.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. "Reflexões sobre a memória, a história e o esquecimento". In: SELIGMANN-SILVA M. (org.). **História; memória, literatura: o testemunho na Era das Catástrofes**. Campinas: Ed. da Unicamp, 2003. pp. 59-89

GAGNEBIN, Jeanne Marie. "Após Auschwitz". In: SELIGMANN-SILVA M. (org.). **História, memória, literatura: o testemunho na Era das Catástrofes**. Campinas: Ed. da Unicamp, 2003. pp. 91-124.

NUNES, Benedito. "Narrativa histórica e narrativa ficcional". In: RIEDEL, Dirce Côrtes (org.). **Narrativa: ficção e história**. Rio de Janeiro: Imago, 1988. pp.9-35.

NORA, Pierre. "Entre a memória e a história: a problemática dos lugares". Trad. Yara Aun Khoury. In: **Projeto História n° 10**, dez. 1993. São Paulo: Educ. pp. 7-28.

RICŒUR, Paul. **La memoria, la historia, el olvido**. Trad. Agustín Neira. Buenos Aires: FCE, 2000.

SCARPELLI, Marli Fantini. **Trilhas partidas: engenho novo – Estudo da memória em Dom Casmurro de Machado de Assis**. Dissertação de Mestrado. UFMG, 1994.